

Título	As estatais são nossas ou 'deles'?
Veículo	O Estado de S. Paulo
Data	20 Dezembro 2014
Autores	Claudio Sales e Eduardo Müller Monteiro

O ESTADO DE S. PAULO



20 DE DEZEMBRO DE 2014 R\$ 3,00 ANO 135 Nº 44259 EDIÇÃO DE OHSO

estadão.com.br

Opinião

As estatais são nossas ou 'deles'?

**CLAUDIO J. D. SALES
E EDUARDO MÜLLER
MONTEIRO**

Quando economistas examinam se o governo deve intervir numa determinada atividade econômica, eles geralmente analisam as características da atividade para avaliar se há falhas de mercado, como monopólios naturais ou externalidades. Identificadas as falhas que podem tornar a provisão pela iniciativa privada ineficiente, examina-se que tipo de intervenção do Estado é mais apropriada para assegurar o provimento do bem ou do serviço: por meio de regulação ou por meio da provisão direta do Estado via empresa estatal ou órgão público.

No entanto, na maioria dos casos a criação de estatais é pautada por outras considerações, e a análise de eficiência na provisão de bens e de serviços não é prática comum.

Nicola Van de Walle, em *Privatização, Reestruturação e Regulação de Serviços Públicos* (1989), investigou as motivações para a criação de empresas estatais ao redor do mundo. Segundo seu levantamento, algumas das principais motivações são: 1) o viés ideológico de que a intervenção estatal é necessária para promover o desenvolvimento da economia; 2) a sua popularidade no meio político, ao viabilizar empregos e renda extraorçamentária para beneficiar seus aliados; e 3) o controle de

setores estratégicos pelo Estado.

Em resumo, sua análise indica que as motivações para a criação das estatais são basicamente de cunho político, e não econômicas. O aprimoramento da eficiência de mercado ou a superação de falhas de mercado nem sequer fazem parte da lista. Como consequência, o desempenho dessas empresas tende a ser muito baixo e, na maioria dos casos, após algumas décadas de existência, essas estatais passam a apresentar rentabilidade muito baixa ou mesmo negativa – isto é, são deficitárias –, requerendo mais e mais aportes do governo.

Essa constatação global e multisectorial é amplamente verificada no Brasil, e mais especificamente no setor elétrico. O estudo *Gestão Estatal (Parte 1): Despolitização e Meritocracia* (disponível em www.acendebrasil.com.br/estudos) revelou, por meio de inúmeros indicadores, o baixo desempenho das estatais do setor elétrico – notadamente as empresas federais –, em relação às empresas privadas tanto em termos econômico-financeiros quanto em termos operacionais.

Os principais entraves à eficiência das estatais são: objetivo indefinido; disciplina orçamentária; uso político; administração inepta (nomeações de dirigentes sem as qualificações requeridas para o cargo); e processo decisório burocrático.

O ponto de partida para interromper esse ciclo vicioso é acabar com as nomeações políticas das posições de diretoria e de Conselhos de Adminis-

tração das estatais. Urge implantar um recrutamento transparente e meritocrático, afastando apadrinhados, afilhados, amigos e parentes de políticos, e colocando o destino das estatais nas mãos de executivos com formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com a responsabilidade de tais cargos.

O loteamento político resulta em ineficiência, superfaturamento, corrupção e concessão de benesses a amigos, prejudicando contribuintes e acionistas das estatais. Resulta, ainda, no que talvez seja o pior legado do sistema de indicações: a falta de competência dos indicados para os cargos, acarretando perdas substanciais para a sociedade na forma de ineficiência.

Diante desses fatos e até mesmo das manchetes dos jornais, torna-se evidente que boa parte das empresas estatais cumpriria melhor seu papel de gerar valor para a sociedade se estivesse sob gestão privada, reservando-se ao Estado seu papel – indelegável! – de fiscalizar, arrecadar impostos e até mesmo colher dividendos proporcionais ao capital investido.

Os formuladores de políticas públicas (governo, Congresso, Aneel) e a sociedade organizada precisam retomar suas estatais, que pertencem a todos os brasileiros, e não a partidos políticos e seus aliados.

* SÃO PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL. SITE: WWW.ACENDEBRASIL.COM.BR

Quando economistas examinam se o governo deve intervir numa determinada atividade econômica, eles geralmente analisam as características da atividade para avaliar se há falhas de mercado, como monopólios naturais ou externalidades. Identificadas as falhas que podem tornara provisão pela iniciativa privada ineficiente, examina-se que tipo de intervenção do Estado é mais apropriada para assegurar o provimento do bem ou do serviço: por meio de regulação ou por meio da provisão direta do Estado via empresa estatal ou órgão público.

No entanto, na maioria dos casos a criação de estatais é pautada por outras considerações, e a análise de eficiência na provisão de bens e de serviços não é prática comum.

Nicola Van de Walle, em *Privatização, Reestruturação e Regulação de Serviços Públicos* (1989), investigou as motivações para a criação de empresas estatais ao redor do mundo. Segundo seu levantamento, algumas das principais motivações são: 1) o viés ideológico de que a intervenção estatal é necessária para promover o desenvolvimento da economia; 2) a sua popularidade no meio político, ao viabilizar empregos e renda extra orçamentária para beneficiar seus aliados; 3) o controle de setores estratégicos pelo Estado.

Em resumo, sua análise indica que as motivações para a criação das estatais são basicamente de cunho político, e não econômicas. O aprimoramento da eficiência de mercado ou a superação de falhas de mercado nem sequer fazem parte da lista. Como consequência, o desempenho dessas empresas tende a ser muito baixo e, na maioria dos casos, após algumas décadas de existência, essas estatais passam a apresentar rentabilidade muito baixa ou mesmo negativa - isto é, são deficitárias -, requerendo mais e mais aportes do governo.

Essa constatação global e multissetorial é amplamente verificada no Brasil, e mais especificamente no setor elétrico. O estudo *Gestão Estatal (Parte 1): Despolitização e Meritocracia* (disponível em www.acendebrasil.com.br/estudos) revelou, por meio de inúmeros indicadores, o baixo desempenho das estatais do setor elétrico - notadamente as empresas federais -, em relação às empresas privadas tanto em termos econômico-financeiros quanto em termos operacionais.

Os principais entraves à eficiência das estatais são: objetivo indefinido; indisciplina orçamentária; uso político; administração inepta (nomeações de dirigentes sem as qualificações requeridas para o cargo); e processo decisório burocrático.

O ponto de partida para interromper esse ciclo vicioso é acabar com as nomeações políticas das posições de diretoria e de Conselhos de Administração das estatais. Urge implantar um recrutamento transparente e meritocrático, afastando apadrinhados, afilhados, amigos e parentes de políticos, e colocando o destino das estatais nas mãos de executivos com formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com a responsabilidade de tais cargos.

O loteamento político resulta em ineficiência, superfaturamento, corrupção e concessão de benesses a amigos, prejudicando contribuintes e acionistas das estatais. Resulta, ainda, no que talvez seja o pior legado do sistema de indicações: a falta de competência dos indicados para os cargos, acarretando perdas substanciais para a sociedade na forma de ineficiência.

Diante desses fatos e até mesmo das manchetes dos jornais, toma-se evidente que boa parte das empresas estatais cumpriria melhor seu papel de gerar valor para a sociedade se estivesse sob gestão privada, reservando-se ao Estado seu papel -

indelegável! - de fiscalizar, arrecadar impostos e até mesmo colher dividendos proporcionais ao capital investido.

Os formuladores de políticas públicas (governo, Congresso, Aneel) e a sociedade organizada precisam retomar suas estatais, que pertencem a todos os brasileiros, e não a partidos políticos e seus aliados.

Claudio J.D Sales e Eduardo Müller Monteiro - Presidente e Diretor executivo do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)